CÂMARA DOS DEPUTADOS DEPUTADO HELDER SALOMÃO - PT/ES

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Dos Sres. Helder Salomão, Paulo Teixeira e da Sras. Talíria Petrone e Vivi Reis)

Introduz novo parágrafo ao art. 31 da Lei nº 12. 527, de 2011, para vedar sigilo sobre movimentação de agentes políticos e autoridades.

O Congresso Nacional decreta:

JUSTIFICAÇÃO

Foi fato largamente noticiado na imprensa que o governo impôs sigilo de cem anos sobre informações dos crachás de acesso ao Palácio do Planalto emitidos em nome de Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) e Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filhos do presidente Jair Messias Bolsonaro.

Em documentos públicos enviados à Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid no mês de junho de 2021, a Presidência da República informou a existência dos cartões de acesso ao Planalto dos dois filhos do presidente.

A revista "Crusoé" solicitou, via Lei de Acesso à Informação (LAI), a "relação de filhos do Presidente da República que possuem ou possuíram







CÂMARA DOS DEPUTADOS DEPUTADO HELDER SALOMÃO - PT/ES

cartões de identificação que dão ingresso às leitoras e vias de passagem do Palácio do Planalto e Anexos, acompanhada da respectiva data de emissão e de devolução do cartão de acesso entre 2003 e 2021".

A Secretaria-Geral da Presidência respondeu impondo sigilo às informações. A secretaria alegou que as informações solicitadas dizem respeito "à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem dos familiares do Senhor Presidente da República, que são protegidas com restrição de acesso, nos termos do artigo 31 da Lei nº 12.527, de 2011".

O dispositivo citado é o que impõe sigilo de até cem anos para acesso público às informações: "as informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de cem anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem".

Foi noticiado que juristas, consultados pela **TV Globo,** teriam concluído que o fato de Carlos e Eduardo Bolsonaro serem homens públicos - autoridades com mandato, respectivamente, de vereador e deputado federal - se sobrepõe ao fato de serem filhos do presidente. Por esse motivo, avaliam os citados juristas, a Secretaria-Geral da Presidência deveria ter repassado as informações.

No entanto, isso não ocorreu.

Em nota divulgada no dia 1º de julho deste ano, a Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República declarou que a Lei de Acesso à Informação é quem "impõe o prazo máximo de 100 anos para restrição de acesso a informações pessoais de qualquer cidadão brasileiro".

Citada lei diz ser cem anos o prazo máximo. É o prazo máximo. E o máximo não pode ser a regra. No entanto, não resta dúvida que a lei foi desvirtuada. Resta-nos, por conseguinte, adaptar a lei às circunstâncias criadas pelos que a aplicam.

Destarte, convocamos nossos pares para que possamos reconduzir a lei ao seu reto caminho, para que não mais presenciemos absurdos como o patrocinado pela Secom da Presidência da República acima descrito.







CÂMARA DOS DEPUTADOS DEPUTADO HELDER SALOMÃO - PT/ES

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado HELDER SALOMÃO PT/ES Deputada VIVI REIS PSOL/PA Deputada TALÍRIA PETRONE PSOL/RJ Deputado PAULO TEIXEIRA PT/SP

2021-11596





Projeto de Lei (Do Sr. Helder Salomão)

Introduz novo parágrafo ao art. 31 da Lei no 12. 527, de 2011, para vedar sigilo sobre movimentação de agentes políticos e autoridades.

Assinaram eletronicamente o documento CD216657435800, nesta ordem:

- 1 Dep. Helder Salomão (PT/ES)
- 2 Dep. Vivi Reis (PSOL/PA)
- 3 Dep. Paulo Teixeira (PT/SP)
- 4 Dep. Talíria Petrone (PSOL/RJ)